

# DO ESPAÇO DA MAIS VALIA ABSOLUTA AO ESPAÇO DA MAIS VALIA RELATIVA: OS ORDENAMENTOS DA GEOGRAFIA OPERÁRIA NO BRASIL<sup>1</sup>

## WORKING CLASS GEOGRAPHY AND CAPITALISM SPACIAL REORDINATION IN BRAZIL

## EL ESPACIO DE LA PLUSVALOR ABSOLUTO EL ESPACIO DE PLUSVALOR RELATIVO: LAS ORDENACIONES ESPACIALES DE LA GEOGRAFIA OBRERA EN EL BRASIL

RUY MOREIRA

AGB - Seção Local Niterói e Professor dos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense

**Resumo:** O Brasil é um país industrializado recente. Sua base histórica é a relação terra-território-Estado, que até hoje persiste, definindo a natureza de sua estrutura global. E este todo é a base de referência da geografia operária brasileira, sua estrutura e evolução.

**Palavras chave:** Organização espacial; relações estruturais; movimento operário

**Abstract:** Brazil is a new industrialized country. Its historical global structure is based on land-territory-State relationship. And this past general relation is brazilian cultural, economy, political and social base of the base today. And this space organization is de basis of your working class, its structural relations and evolution.

**Keywords:** spacial organization; structural relations; working geography

**Resumen:** Brasil es un país industrializado recientemente. Su base histórica es la relación, tierra, el territorio y el Estado, que persiste hasta nuestros días, la definición de la naturaleza de su estructura general. Y todo esto es la base de la geografía brasileña de trabajo, su estructura y evolución.

**Palabras clave:** Organización espacial; estructural; movimiento obrero

-----  
1 Este texto corresponde a um capítulo intermediário entre o penúltimo e o último capítulos do livro Sociedade e espaço geográfico no Brasil, publicado pela Editora Contexto no ano de 2011, deixado então como uma lacuna, que o leitor pode assim acrescentar.

Dois momentos distinguem a formação do espaço capitalista no Brasil, materializados em duas formas distintas de arranjo espacial, o da mais valia absoluta e o da mais valia relativa, que alhures designei o espaço molecular e o espaço monopolista, respectivamente (Moreira, 1985).

O espaço da mais valia absoluta se identifica pelas interações espaciais ainda frouxas, marcadas por ensaios parciais de integração dentro de um todo estruturado pela ordenação mais de ocupação extensiva, seja na cidade e seja no campo, face uma relação de integração indústria-agricultura, e então cidade-campo, ainda inicial e pouco verticalizada. Já o espaço da mais valia relativa se identifica pelo estado oposto, de uma relação indústria-agricultura de integração horizontal-vertical realizada e em crescente aprofundamento à base de uma ocupação intensiva seja do tempo do trabalho e seja do espaço tanto na cidade quanto no campo, com reflexos globais sobre o todo.

Esses dois momentos da formação espacial enquadram dois momentos de geografia operária, igualmente dispersa no primeiro e concentrada no segundo. A geografia operária acompanhando a geografia da indústria, sua repartição espacial, arranjo, ideologia e representação de mundo, modelada, todavia, no quadro social e simbólico do todo urbano da cidade.

O sentido evolutivo do espaço brasileiro caminha, assim, da dispersão para a integração nacional crescente, que marca a passagem da fase molecular da mais valia absoluta para a integrado-concentrada da mais valia relativa. E que hoje se rearruma num retorno do arranjo disperso de antes, agora porém a serviço de autopreservação de um todo já integrado, num movimento vertical-horizontal de centralização-desconcentração chamado reestruturação espacial que tem lugar nos anos 1970-1980.

## **A RELAÇÃO DO ESPAÇO E A FORMA-VALOR**

Trata-se da tradução espacial dos momentos que Mandel designou fases do capitalismo atrasado e capitalismo avançado seguidas por todos os países enquanto expressões dos respectivos desenvolvimentos da base de mercado e das forças produtivas (Mandel, 1972) em seu processo acumulativo. Do modo como o capital se serve em sua relação de expropriação do excedente operário em vista de organizar seu movimento de mando e realizar sua reprodução em escala ampliada.

O problema dessa relação é como o capital estruturar a seu favor a divisão da jornada do trabalho em dois segmentos de tempo distintos, o tempo do trabalho necessário, dedicado à geração dos meios que garantam a reprodução

da força do trabalho, expresso na forma do salário ( $cv$ ), e o tempo do trabalho excedente, expresso na forma do lucro ( $l$ ), de modo a daí extrair mais valia ( $mv$ ) e esticá-la à maior taxa possível ( $tmv$ ). E o seu segredo é como levar essa taxa da mais valia obtida pela simples divisão entre um tempo de trabalho e outro ( $tmv = mv/cv$ ) a transformar-se na taxa de lucro ( $tl$ ) mais alta possível no âmbito da realização do valor no mercado. Isto sabendo-se que a taxa de lucro vem da divisão da mais valia pela soma total do capital invertido em salário ( $cv$ ) e demais despesas ( $cc$ ), na sua forma mais simples ( $tl = mv/cv+cc$ ), mas que pode ser dilatada ou retraída frente à taxa de mais valia expropriada na fábrica, a depender da performance da empresa no âmbito da competição do mercado.

Duas são as formas de gerar a taxa de mais valia apropriada à alta sempre desejada de lucro pelo capital. Estabilizando a fração do tempo do trabalho necessário e dilatando a fração do tempo do trabalho excedente através a dilatação da duração da jornada. É a mais valia absoluta. Ou reduzindo a fração do tempo do trabalho necessário e fazendo crescer sobre ela a fração do tempo do trabalho excedente. É a mais valia relativa. A primeira forma tem seu limite na capacidade física do trabalhador. A segunda na capacidade salarial da reprodução dessa força física. A resistência física é o problema da primeira. O efeito sobre o salário o da segunda. A mais valia absoluta é o nome que se dá à forma com que se equaciona a primeira forma. A mais valia relativa à segunda.

Em termos econométricos, todavia, o segredo é o modo como os capitais combinam as taxas de mais valia e taxa de lucros à luz de suas respectivas categorias econômicas de custo, rendimento e produtividade frente à capacidade dele converter preço de custo em preço de venda. O custo é a quantidade de horas-trabalho que se gasta por unidade de trabalhador e produto no processo de produção da mercadoria. O rendimento a quantidade bruta da produção obtida na soma total do tempo gasto. E a produtividade a quantidade de produto obtida na unidade do tempo, considerado o custo unitário. Assim, o preço de custo é a quantidade de salário pago por unidade-tempo encarnado no produto. Um feito que é função da produtividade e do rendimento imbricados. Sendo o salário calculado por hora-trabalho, quanto mais se faça esta quantidade cair ao tempo que se eleve a taxa de produtividade e o montante do rendimento, menor será o tempo-salário gasto para gerar uma unidade de produto. E, assim, maior a possibilidade de ganho no momento da venda do produto, mantida constante a massa do salário. Já o preço de venda é o valor do produto expresso em quantidade de dinheiro. Custo e preço diferindo, assim, pelo custo exprimir-se em quantidade de horas-trabalho e o preço em quantidade de moeda. Quanto mais baixo o custo hora-trabalho, maior a taxa de produtividade. E se se gasta menos

salário por unidade-hora de produto, ao tempo que o volume do rendimento mais se eleva pela maior elevação da produtividade, maior é a possibilidade de elevar-se a taxa do lucro, uma vez que maior será a diferença entre o custo da produção e o preço da venda. De modo que a combinação dessas variáveis é a “lei” econômica de fato perseguida pelas empresas. Uma vez que é com ela que o capital terá a seu favor a capacidade de responder às pressões seja da classe trabalhadora por mais salário, afetando a relação salário-lucro, e seja das empresas por concorrência no mercado.

A passagem da fase da mais valia absoluta para a fase da mais valia relativa tem a busca de atingir-se essa “lei” por trás. E seu pressuposto é a subida crescente do nível das forças produtivas. De vez que a subida crescente do nível das forças produtivas é a chave para a resposta da redução contínua da hora-trabalho no cálculo do custo.

É o nível do desenvolvimento das forças produtivas que, assim, determina os termos do custo. Porque define a possibilidade de passagem da fase da mais valia absoluta para a fase da mais valia relativa. E distingue o quadro de uma e de outra. Um nível baixo de desenvolvimento restringe fortemente a possibilidade da baixa dos custos. Um nível elevado abre-a para um horizonte em princípio ilimitado. Eis porque o capitalismo atrasado é o do domínio da mais valia absoluta. E o capitalismo avançado o do domínio da mais valia. A primeira e a segunda revolução industrial traçando os horizontes respectivos.

E é assim o nível do desenvolvimento das forças produtivas que também cria a possibilidade de melhor combinar-se as taxas de mais valia e taxa de lucro para cada empresa em sua performance no mercado. Quanto mais tecnificada a empresa, mais o capital move o custo produtivo para baixo, diminuindo a hora-trabalho necessária à geração do produto, mais empurrando a produtividade para cima e mais rendimento obtém. E melhor então se coloca na dianteira em sua disputa do mercado com as concorrentes de taxa de tecnicidade mais baixa. Logrando inclusive transferir para si obtenção frações de mais valia operária extraída em seu âmbito fabril por estes concorrentes, elevando sua taxa de lucro para além da que obteria a partir do seu domínio de extração específico.

Duas decorrências surgem em consequência dessa tecnificação permitida pelo desenvolvimento das forças produtivas: a busca da igualização dos níveis de tecnicidade entre os capitais e a tendência ao declínio da taxa de lucro, estas duas leis agindo de modo combinado. Exemplificadas na primeira empresa, todas as demais percebem a necessidade da introdução de tecnologia mais avançada em seus sistemas produtivos, tendo em vista reduzir o tempo do trabalho-custo, cedo todas por isso se igualizando em seus patamares técnicos

respectivos e assim se eliminando as diferenças de vantagem frente à disputa do mercado entre elas. Considerando que logo a seguir alguma delas de novo se põe à frente, toda a diferença de antes se restabelece, até que nova igualização se realize, num movimento de moto contínuo. A tecnificação traz consigo também a tendência a um declínio da taxa de lucro, uma vez que estamos diante da substituição do trabalho vivo pela máquina, e é o trabalho vivo que gera mais valia, a máquina apenas potencializando o poder geratriz daquele, enquanto trabalho morto. É assim que se de um lado a máquina baixa o grau do tempo de trabalho necessário à geração unitária do produto, baixando o custo, de outro tende a baixar com isso o tamanho correspondente de mais valia. Tendência que o capital responde com medidas de contra-tendência, entre as quais a aceleração das vendas e a apropriação de frações de mais valia da concorrência. Chama-se a isto, taxa de composição orgânica do capital ( $co=cc/cv$ ), uma componente geradora de constante estado tendencial de instabilidade sistêmica, embora contraditoriamente vital ao desenvolvimento do sistema do capitalismo.

É o espaço a forma mais conspícua de contra-tendência. Diferenciando-se justamente aqui os mecanismos da mais valia absoluta e da mais valia relativa. Extremamente restritos em sua abrangência e arranjo no quadro da mais valia absoluta, o espaço entra como peça chave no plano funcional da mais valia relativa.

No espaço organizado à base das relações da mais valia absoluta a limitação das forças produtivas forja uma relação de trabalho e de organização do espaço de caráter basicamente local e extensiva. A taxa da mais valia é obtida pela via de uma jornada dilatada de trabalho que se reproduz dentro e fora da indústria numa forma de uso e arrumação do espaço de traços restritos e fracos de interação. A jornada se estende a mais de dez horas de trabalho. A localização deve ser a mesma da fábrica. E o tempo de vencimento nos deslocamentos do espaço pelas trocas de produtos é igualmente longo e lento. A taxa de lucro assim se obtém a uma taxa de mais valia que avança seja sobre a fração do tempo do trabalho necessário, num aviltamento constante dos salários, e seja sobre a fração do tempo do trabalho excedente, num aviltamento da força física da massa trabalhadora. E cujo reforço vem no formato do arranjo do operariado agregado à própria área de localização da indústria, visando eliminar entre os trabalhadores os gastos com moradia e transportes de deslocamentos e reunir ao seu redor o mais numeroso exército de desempregados à disposição da empresa, numa redução das distâncias espaciais que diminua drasticamente as despesas com a força de trabalho. Num efeito neutralizante também dos

demais gastos, estes relacionados aos centros de abastecimento das matérias primas alimentos e de consumo dos produtos da indústria, cujo custo do mesmo modo elevado e produtividade baixa de produção e de deslocamento de transporte devem igualmente ser transferidos e assimilados pelo preço espacial baixo da força de trabalho.

A pressão contínua da massa trabalhadora seja pela redução da jornada do trabalho e seja pelo aumento dos níveis reais de salários de um lado e da concorrência das outras empresas pelo domínio do mercado de outro leva o sistema industrial como um todo, todavia, a pressionar permanentemente o desenvolvimento das forças produtivas. E este vem na forma da tecnologia da segunda revolução industrial, seja no âmbito do processo produtivo da indústria e seja da estrutura dos deslocamentos espaciais. Isto é, na forma da passagem à fase da mais valia relativa. O que significa os termos da organização espacial que altere por inteiro o modo da relação capital-trabalho e capital-capital como se davam no âmbito geográfico do espaço da mais valia absoluta, mantendo o centro de referência na relação custo-produtividade, mas incorporando o espaço como variável principal da elevação da taxa da mais valia e sua relação imediata com a taxa do lucro. O mecanismo essencial é a relação de interação horizontal-vertical que então se estabelece entre a agricultura e a indústria, portanto o campo e a cidade, transformada no eixo do ordenamento geral da relação sociedade-espaço capitalista em sua totalidade. O ponto de integração é a transferência recíproca de custos entre a indústria e a agricultura via o rebaixamento correlato do tempo do trabalho necessário de um setor e de outro. O centro de gravidade é o custo e o nível do desenvolvimento da indústria. Custo e nível que devem ser custeados pela agricultura. Numa relação em que a indústria envia seu nível de força produtiva para a agricultura, no intuito de transformado em baixo custo de produção do alimento agrícola, este retorne à indústria na forma da baixa relativa do valor-salário. Transferido nesse patamar rebaixado para a indústria, o custo do alimento traduz-se num rebaixamento correspondente do custo-tempo do trabalho necessário da indústria, reduzindo-o e abrindo para o avanço sobre ele do tempo do trabalho excedente, numa desvalorização do valor cujo efeito é a forte e imediata elevação da taxa da mais valia (Magaline, 1977).

A interação espacial que assim se dá deve assim se alargar ininterruptamente numa integralização do espaço nacional-mundial em aceleração crescente, de modo a que a relação tempo-custo respectivo da agricultura e da indústria baixe seguidamente. Sobretudo face o efeito da lei do declínio tendencial da taxa de lucros, que vem na esteira desse implemento e se alastra indistintamen-

te para ambos os lados, numa ação espacial sobre campo e cidade, agricultura e indústria, generalizadamente. Uma vez que devendo a substituição da força de trabalho (capital variável) pela máquina (capital constante) ser mais radical no campo-agricultura que na cidade-indústria, a taxa da composição orgânica do capital mais intensamente atinge a agricultura e rapidamente chega à indústria.

O resultado é, assim, a dissolução de todas as formas soltas e fracamente interligadas de interação espacial do arranjo do espaço da mais valia absoluta. E a franca e geral unitarização técnica e dos movimentos orgânicos da totalidade do espaço. Toda uma relocalização permanente da arrumação espacial assim se estabelece, em benefício dum remanejamento global constante da distribuição e configurações do arranjo. E que no campo de imediato implica a troca da renda diferencial I, de localização e fertilidade, pela renda diferencial II, de localização e repartição espacial, comandadas pelo poder dinâmico da intervenção técnica. De modo que, assim, em simultâneo praticamente desaparece a ação da lei dos rendimentos decrescentes, que até então manejava e atuava por trás da ação da renda diferencial I dentro do espaço ordenado da mais valia absoluta (Moreira, 2009).

## **O ESPAÇO BRASILEIRO DA MAIS VALIA MOLECULAR À MAIS VALIA INTEGRALIZADA**

A molecularidade é a forma como se implanta e evolui o quadro espacial de ordenação da mais valia absoluta na sociedade brasileira. Trata-se de uma ordem espacial emanada do rearranjo das macro-formas do período colonial-plantacionista, ordenando então dessa forma a repartição e embutimento da indústria e do operariado industrial em seu momento nascente. A indústria surge aí com um caráter ancilar da economia agroexportadora, localizando-se segundo a distribuição da produção plantacionista para cujo mercado volta sua produção e da qual extrai matéria-prima, força de trabalho e capitais. Com o tempo a indústria vai, entretanto, se soltando dessas amarras iniciais, para ir se localizar nas cidades e estimular o surgimento de uma agricultura voltada para o consumo interno ao longo e ao largo das vias de transportes que saem e voltam às cidades nas quais ela está se instalando.

São áreas agrícolas produtoras de matérias primas e alimentos voltados para o sustento da reprodução da força de trabalho industrial, que se espriam pelas mais distantes pontos, surgindo até onde chegam as vias de circulação alinhadas por sobre as velhas trilhas de bandeirantes, gado e tropeiros – incorporadoras por sua vez das longas trilhas abertas no passado pré-colonial pelas

comunidades indígenas –, multiplicadas pelo estímulo da multiplicação das indústrias pelas cidades.

Junto à localização da indústria vai nascendo também a classe operária. Assim reproduzindo em sua trajetória espacial a trajetória espacial da indústria. Assim como a indústria nasce disseminada pelas áreas da produção plantacionista, a classe operária fabril também nasce geneticamente colada à massa trabalhadora rural, variando como esta segundo as áreas da acumulação primitiva. Tem, pois, os traços dessa massa rural, deslocada das atividades plantacionistas para as atividades industriais nas áreas plantacionistas antigas do Nordeste, do regime do colonato ou diretamente da imigração italiana nas áreas cafeeiras do planalto paulista, da imigração portuguesa e espanhola para as áreas urbanas do Rio de Janeiro e do colono italiano e alemão nas áreas coloniais do planalto meridional.

Em todas essas áreas nasce como classe no âmbito da vila operária. A vila operária é uma estratégia espacial da indústria de garantir reserva e controle da força de trabalho, considerada vital nessas condições iniciais de seu implemento. No fundo é um complexo fábrica-vila operária, um todo integrado na forma como o capital define o arranjo espacial seja da indústria e seja do operariado industrial no período que se estende de 1870 a 1920, fábrica e habitação operária ocupando o mesmo espaço, a fábrica rodeando-se da vila operária e ambas se servindo da mesma infraestrutura, num tripé em que ao lado da fábrica e da vila se inclui uma pequena usina hidrelétrica. Ilhando-a no âmbito da vila, o capital industrial encontra a forma apropriada de afeiçoar a população trabalhadora à representação de mundo e à disciplina do trabalho fabril, a vila operária atuando como o ponto da universalização da ideologia do mundo da indústria (Lopes, 1979). Formada de um casario de propriedade da fábrica, a vila operária abriga seus empregados e familiares, impondo-lhe no cotidiano da vila as mesmas regras de vivência do trabalho no interior da fábrica. Sobretudo, o regramento disciplinar do trabalho fabril, aos poucos implantado como hábito cultural como regra de vida.

Em geral o complexo vila-fábrica forma uma vida à parte das cidades ou com elas coabita na franja do espaço, num quadro de relação que distingue em mundos diferentes o ambiente de vida e demandas urbanas do operariado das vilas e a massa urbana da cidade. É assim que o operariado das vilas se defronta com as regras no geral paternalistas e reguladoras do patronato fabril e o grosso da população trabalhadora da cidade com problemas de habitação e carestia urbana, numa distinção de pautas que raramente converge a ação do operariado e da multidão urbana.



A década de 1920 marca entretanto a intensificação que vincula crescentemente a indústria com o mercado urbano, descolando-a de sua ligação umbelical com as amarras plantacionistas e deslocando-a progressivamente para os centros urbanos maiores. De modo que fábrica e vila operária vão assim aos poucos se dissolvendo no cotidiano do tecido da cidade em industrialização, o desenvolvimento do capitalismo indo formar um quadro de rearranjo que acelera o desenvolvimento industrial, a urbanização do país e a classe trabalhadora fabril. Cada vez mais imersa no mundo mais amplo da cidade, a classe trabalhadora industrial vê mudar assim também seu perfil político-ideológico de classe restrita ao mundo da fábrica do complexo fábrica-vila para abraçar o de classe mais universal industrial-urbana, juntando a sua agenda a pauta das lutas pelo direito à cidade da classe trabalhadora urbana, num espaço urbano agora tornado comum, ao tempo que empresta ao restante da classe trabalhadora urbana e às lutas urbanas o perfil proletário mais abarcante agora assumido. É quando se multiplicam as ações grevistas por menor tempo de jornada de trabalho, direitos trabalhistas, combate à carestia urbana e condições de moradia adequadas, que vão daí para diante se somar a todas as demais demandas de vida política e social de um país que se urbano-industrializa rapidamente.

É esta conjuntura que impele o capitalismo a saltar na década de 1950 da fase da mais valia absoluta para a fase da mais valia relativa. Duas bases de apoio vão ser aqui essenciais: a difusão da infraestrutura reflexa do nível do desenvolvimento das forças produtivas em nível nacional particularmente dos meios de transferência e a transformação da renda diferencial I na renda diferencial II no campo. E assim à implantação da divisão territorial cidade-campo do trabalho cujo efeito é a crescente integração produtiva que põe a agricultura como retaguarda da indústria. E a concentração industrial, urbana e operária na região Sudeste, sobretudo na cidade e cercania urbana de São Paulo, cujo auge é a década de 1970.

Trata-se do efeito acumulado da progressiva entrada das forças produtivas da segunda revolução industrial, difundidas mundialmente junto à mundialização das relações capitalistas consequentes aos anos 1870, a década da passagem à fase do capitalismo avançado e à forma superior do imperialismo, trazida pela industrialização substitutiva de importações. Voltada até a década de 1930 para o consumo de bens industriais importados, deixando os bens de qualidade inferior da indústria nacional para a massa trabalhadora plantacionista e urbana, a elite plantacionista vê-se por força da interrupção das importações provocada sucessivamente pela primeira guerra mundial, pela depressão de 1929 e pela segunda guerra mundial obrigada a valer-se da produção interna, voltando seu

consumo para a indústria nacional por um período seguido de mais de uma década, estimulando-a e levando-a a uma alavancagem que logo a tornará auto-suficiente na produção de bens de consumo de não-duráveis por volta de 1939.

É assim que as décadas de 1940-1950 vão conhecer a seqüência de implementação de medidas de infraestrutura que unem a indústria e a agricultura num estágio mais avançado de integração, ligando num só ritmo e simultaneidade campo e cidade num desenvolvimento de economia para dentro. Nesse passo, multiplica-se o número de fábricas pelas capitais, as cidades industrializadas e a massa trabalhadora industrial. Ao mesmo tempo, tem seqüência o deslocamento das indústrias e do proletariado industrial rumo a maior concentração territorial, movindo agora rumo aos centros de maior consumo urbano do Sudeste, em particular São Paulo e Rio de Janeiro.

O rearranjo do espaço que assim tem lugar aos poucos leva a que o espaço nacional se rearrume como um todo, dissolvendo-se na década de 1950 a autonomia das formações regionais vindas da integração das macroformas do período colonial na fase de acumulação primitiva frente à regionalização desigual que junto à concentração urbano-industrial e operária subordina as regiões à polaridade do Sudeste. O plano de arrumação que dá o rumo aos eixos de circulação e das interações espaciais do espaço da mais valia relativa. Polarizado crescentemente no Sudeste, de início no eixo Rio-São Paulo e a seguir forte e predominantemente em São Paulo, esse arranjo desigual-combinado do espaço nacional torna-se mais móvel, numa ativação da mobilidade territorial da força trabalhadora e dos produtos alimentícios respectivamente do Nordeste e do Sul em busca do polo industrial de São Paulo. Ondas de migração contínua de desempregados de Minas Gerais e vários cantos do Nordeste e de excedentes de produção alimentícia das áreas coloniais dos estados sulinos, sobretudo o Rio Grande do Sul, fluem continuamente para o planalto paulista em expansão industrial. Já nos anos 1940 surgira o grande eixo da rodovia Rio-Bahia, canalizando o afluxo de mão de obra transferida do Nordeste para o Sudeste. E logo a seguir da rodovia Regis Bittencourt, canalizando o afluxo de produtos alimentícios dos estados da região Sul. Além de ligações que transbordam o limite oeste de São Paulo rumo à incorporação das áreas virgens do Triângulo Mineiro, Goiás e Mato Grosso às demandas de produtos alimentícios, gado em particular, e de terras para expansão da agricultura moderna de São Paulo. E que se intensificam no correr dos anos 1950 e 1960 em longos braços rumo às áreas longínquas da Amazônia.

Novas e velhas manchas de lavoura e gado brotadas ao longo dos eixos herdados das rotas coloniais na fase de implantação da mais valia absoluta vão

se multiplicando e entrando em interseção ao longo desses eixos novos e antigos nessa fase da mais valia relativa, esgotando as terras da faixa florestada da franja costeira e deslocando a ocupação agropastoril para as terras da faixa campestre do interior, combinadas agora às grandes usinas hidrelétricas que vão se multiplicando pelo planalto central e fronteira da Amazônia. Tudo num movimento que marca a passagem da renda diferencial I para a renda diferencial II e integra em definitivo a agricultura e a indústria como base essencial da forma relativa de mais valia, uma forma de mais valia apoiada na desvalorização do valor.

## **OS CONFLITOS DE ORDENAMENTO E A ESTRATÉGIA DA DESCONCENTRAÇÃO**

Não se deu sem conflitos, todavia, essa reordenação tão ampla. Até pela escala de espaço nacional a que é lançada, em que se envolvem em simultâneo a cidade e o campo. De um lado, é o efeito da concentração operária no Sudeste que dela faz uma classe de forte poder de impacto sobre a estrutura global da sociedade urbano-industrial. De outro, do arrasto de áreas tomadas às diversas frações rurais e comunitárias vinculadas à terra para a finalidade de incorporar trechos crescentes do espaço à lógica integrada da relação agricultura-indústria que é uma exigência sem a qual da mais valia relativa num equivalente do operariado urbano pelo lado do campo. É assim que mal chegado à fase da integração nacional, o arranjo do espaço deve ser de novo molecularizado, agora numa desconcentração-centralizada como uma estratégia de preservação e aprofundamento permanente do modo de espaço uniformitarizado que é o modo estrutural próprio do capitalismo avançado.

Assim, a partir dos anos 1980 empreende-se, sob a égide da intervenção do Estado, a política cuidadosa e bem arquitetada de estratégia de rearranjo chamada academicamente de reestruturação espacial. Sob esse nome, o Estado executa uma política de atomização da indústria, das cidades e da população urbana, destinada a um só tempo a desfazer a força territorial da classe trabalhadora fabril e rural e juntar numa mesma estrutura a agricultura e a indústria numa forma nova de agroindústria. Juntando num só contexto o presente e o passado num só tempo.

Nas antigas áreas de monocultura, na fase da acumulação primitiva, apresentavam-se em formas de espaço correlativas da forma-valor os recortes do tempo de trabalho necessário e do tempo de trabalho excedente, postos lado a lado na paisagem. A emergência da mais valia absoluta rearruma esse modo his-

tórico de arranjo, inicialmente nos termos binomiais da acumulação primitiva. Remanescência da policultura dominial ainda atuante no Nordeste e Centro-Sudeste, mas agora integrativa de um espectro de força de trabalho agregada de novo tipo, mesmo que com as marcas ainda vivas do trabalho escravo, é isto a forma de trabalho plantacionista de que vai fazer parte a indústria. O exemplo oposto corre por conta do campesinato familiar dos núcleos coloniais do Sul, com suas combinações de policultura de subsistência e de mercado, forte impregnação da atividade artesanal já em muitos núcleos migrados para transformar-se nas cidades em formas de indústria moderna. Logrando-se, de todo modo, assim, introduzir-se como arranjo um diverso naipe de situações de estrutura rural que expressa o desenvolvimento das relações agrárias capitalistas, ainda que informadas no quadro de uma relação de mais valia absoluta ainda inconsistente. A moderna indústria aos poucos encima esse quadro heterogêneo de paisagem egressa do movimento da acumulação primitiva, já no seu todo estruturalmente orientada dentro de uma divisão territorial de trabalho de que é o centro de comando. Se é a molecularidade o espectro geral do arranjo, os ensaios de integração superativa da mais valia relativa têm já seus passos visíveis no começo duma concentração territorial. É a molecularidade emanada do hibridismo genético da economia agroexportadora, obrigando a indústria a distribuir-se como ela de um modo também disperso. E a assim definir-se pelo perfil dominante de uma indústria de bens de consumo não-durável, aqui e ali quebrado pela presença dos ensaios de uma indústria de base e de bens intermediários. É a indústria do perfil geral e comum a todas as regiões, inclusive do eixo São Paulo-Rio de Janeiro, diferente das demais apenas pela maior densidade das fábricas. A década de 1950 vai conhecer a grande virada que tudo vai remeter ao espaço integrado-monopolista próprio do mando da mais valia relativa. E seu vetor é justamente a mudança distributiva que concentra qualitativa e quantitativamente a indústria e sua população do trabalho num mesmo ponto de território do país. Num convite aos grandes embates que, em consequência, vão dominar o cenário da política do Brasil ao longo das décadas dos anos 1950 aos anos 1970. Quando, então, o risco de confrontos mais fundos leva o Estado a desconcentrar indústria e operários territorialmente pelo país, numa redistribuição radical dos estabelecimentos, e a centralizar ao mesmo tempo o capital organizacional e estruturalmente, numa aglomeração da sede das empresas em São Paulo.

Nisso o Brasil está mundialmente acompanhado. A desconcentração territorial fabril-operária e a centralização orgânica empresarial-capitalista sendo uma política estratégica de todos os países altamente urbano-industrializados.

Chamou-se brecha, nos idos de 1968, às fendas por onde emergem as tensões por longo tempo subsumidas na estrutura sócio-econômica centralizada no poder do Estado, acompanhando a onda de questionamentos que se propaga pelas grandes cidades da Europa e do mundo, e que vão dar na emergência do conjunto das idéias que comporão o discurso dos movimentos sociais, aparentemente criado para substituir o de luta de classes. Longe se estava ainda da clara percepção do que tudo isto representava e que nos anos 1970 irá designar-se por globalização, neoliberalismo, crise dos paradigmas e reestruturação. E é esta que tem seus efeitos efetivamente duradouros.

A reestruturação é um terceiro termo tomado ao lado de reforma e revolução, querendo dizer algo intermediário entre um conceito e outro. Termo novo, substitutivo de um e de outro. Se a revolução é concebida como uma completa mudança da natureza das estruturas, que leva ao fim da essência de um dado modo produção na história e a sua ultrapassagem por um modo de produção de essência estrutural nova, como foi a revolução de 1789 na França e a de 1917 da Rússia dos czares. A reforma é concebida como uma mudança na superestrutura, que leva a uma forte mudança na ordem institucional, mas sem que o modo de produção em si mesmo se altere. Enquanto que a reestruturação é uma mudança de paradigmas da infra e da superestrutura, que leva o modo de produção existente a refazer suas bases materiais de modo a compatibilizar a tensão acumulada entre o nível das forças produtivas e as relações de produção que contêm sua contínua expansão para frente, diluindo o quadro de conflitos e de tensões, sem mudá-lo exceto formalmente. É um processo de caráter essencialmente espacial. Como capta Soja, referindo-se à reestruturação da cidade de Los Angeles:

A reestruturação, em seu sentido mais amplo, transmite a noção de uma “freada”, senão de uma ruptura nas tendências seculares, e de uma mudança em direção a uma ordem e uma configuração significativamente diferentes da vida social, econômica e política. Evoca, pois, uma combinação seqüencial de desmoronamento e reconstrução, de desconstrução e tentativa de reconstituição, proveniente de algumas deficiências ou perturbações nos sistemas de pensamento e ação aceitos. A antiga ordem está suficientemente esgarçada para impedir os remendos adaptativos convencionais e exigir, em vez deles, uma expressiva mudança estrutural. Estendendo a terminologia de Giddens, pode-se descrever essa freada-e-mudança como uma reestruturação temporal-espacial das práticas so-

ciais, do mundano para o mondiale (mundial). (Soja, 1993.)

A reestruturação significaria, assim, uma mudança nos modos de regulação e nos paradigmas tecnocientíficos, alterando o modo de fazer e de ver. Daí o seu sentido ontológico, de pós-historicismo, no dizer de Soja, talvez podendo ser um modo de dizer uma grande mudança na moderna sociedade capitalista e que altera o seu modo estrutural na forma com ela nasceu no âmbito do Renascimento, seja no plano da filosofia e da ciência e seja no plano da organização do trabalho engendrada dentro e a partir da manufatura, renovando-a como sociedade do trabalho. O primeiro tema foi analisado por Leff (2006), o segundo por Thompson (1998) e o todo resumido por Santos (1989) no conceito de segunda ruptura.

Por isso a reestruturação difere de uma simples reordenação no modo de arrumação dos espaços, como no conceito de reconversão industrial analisada por Guglielmo para a Europa do pós-guerra:

A rapidez e a amplitude da mutação implicam numa reconversão dos homens e dos equipamentos, numa nova orientação dos investimentos, que levantam importantes problemas técnicos, financeiros e sociais. Esses problemas apresentam-se necessariamente em termos geográficos. Primeiramente, com efeito, as indústrias antigas, hoje periclitantes, não se encontram situadas em qualquer parte; elas se acumularam sobretudo em certas regiões (bacias carboníferas, complexos portuários notadamente). E a reconversão provocada por suas dificuldades é, pois, antes de mais nada, uma reconversão regional.

A concentração maciça da indústria desde mais de um século em algumas das maiores aglomerações, degradou as condições do habitat e da vida (bairros industriais leprosos, poluição da atmosfera urbana, deslocamentos longos e fatigantes dos trabalhadores etc.) e contribuiu a essa congestão urbana, que impede daqui por diante as fábricas de ampliar-se e eleva os custos da produção. Ela levanta a um tempo o problema da organização da atividade industrial nos grandes centros urbanos (criação de “zonas industriais”) e aquele da descentralização. Descentralizadas ou inteiramente novas, é preciso saber onde colocar as fábricas. A questão é importante, pois sua localização é um dos dados maiores do custo de suas fabricações, como da evolução do âmbito humano onde se estabelecem.

Pode ser um sucesso ou um desastre para a empresa, tanto quanto para esse ambiente humano. O desenvolvimento atual da indústria, vigoroso mas diferenciado, apresenta problemas mais ou menos graves de reconversão, de descentralização, de localização das novas criações. É toda uma repartição das forças produtivas, longamente elaborada desde mais de um século, que se encontra novamente em questão. É toda uma nova geografia industrial que precisa ser enxertada sobre aquela de ontem. Da escolha das soluções adotadas depende a agravação ou reabsorção dos desequilíbrios inter-regionais, que o desenvolvimento econômico do país seja freado ou estimulado. (Guglielmo, 1973).

No Brasil o processo da reestruturação se inicia junto ao fim do ciclo dos governos militares, em 1990, concebido como o estabelecimento de uma forma nova de regulação espacial vinda por conta da privatização das empresas estatais e da conseqüente reforma do Estado. Podendo-se chamar de reestruturação ao conjunto das mudanças de arranjo que ultrapassa em perfil e nível o conceito de Soja e que antecipa o que nos anos 1980 a literatura especializada irá designar por este termo, mas escondida no sentido estrito da flexibilização produtiva e do mundo do trabalho. De modo que três fases podem aqui ser vista de reestruturação: a reconfiguração espacial da indústria, a flexibilização estrutural da organização industrial-produtiva e a emergência das empresas e classes territoriais, tudo vazado numa nova forma de divisão e ordenação regional do trabalho. O que significa que a reestruturação brasileira se encaixa no conceito amplo de Soja, concordando com ele por ir além da noção taylor-fordista de um processo essencialmente relacionado ao esquema da regulação interna das empresas, a reestruturação fordista correspondendo mais exatamente ao segundo momento da reestruturação brasileira.

Seja como for, passa-se no Brasil, no longo período balizado pela década de 1970 e a primeira década do terceiro milênio, uma seqüência de três fases de reordenamento do seu modo espacial de organização, as quais pode-se respectivamente designar configurativa, regulacional e reestratificante, mais ou menos correspondentes às três fases – ontológica, pós-fordista e pós-modernista – que Soja focaliza para a região de Los Angeles.

Embora sem as mesmas características, para além do fato de três fases, um paralelo é sugerido nas respectivas nomenclaturas: a segunda e a terceira fases podem ser tomadas como de certo modo coincidentes, a primeira não tendo correspondência propriamente.

O reordenamento do espaço – cujo melhor exemplo é o que se chama

desindustrialização de São Paulo – tem origem na estratégia dos PNDs dos anos 1970: o PND I, que abrange o período de 1970 a 1974 e orienta a modernização agrícola; o PND II, que abrange o período de 1975 a 1979 e orienta a redistribuição territorial da indústria; e PND III, que abrange o período de 1980 a 1984 e visa equilibrar as contas nacionais afetadas pelo crescimento acelerado da inflação e da dívida pública (Moreira, 2004).

O PND II é o de escala e efeito espacial mais amplos. Foi um plano de redistribuição das indústrias pelo territorial nacional, apresentando como tendo por fim reduzir os problemas decorrentes da excessiva concentração em São Paulo. A redistribuição deu-se em dois níveis: a realocação das indústrias concentradas em São Paulo dentro e entre os estados da região Sudeste e a localização das novas indústrias a serem implantadas do ramo de bens intermediários fora de São Paulo e do Sudeste prioritariamente.

Com o primeiro nível dá-se uma maior disseminação dos estabelecimentos industriais pelo interior de São Paulo (dita interiorização da indústria) e pelos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, com efeitos na periferia imediata do Paraná, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais (dita desindustrialização de São Paulo). E com o segundo passa-se a ter um rosário de indústrias disposto mais ou menos em arco ao longo da linha da fronteira nacional do Brasil.

Três são suas fases:

1a. fase - A primeira das três fases da reestruturação espacial no Brasil data do PND II. Dois lances combinados definem a forma dessa reestruturação: a transferência das indústrias localizadas na Grande São Paulo para o interior do estado e para outros estados e o direcionamento das novas indústrias diretamente para fora, não mais prioritariamente para São Paulo. De modo que progressivamente São Paulo vai perdendo seus estabelecimentos industriais, seja pela transferência dos velhos e seja pela não entrada dos novos.

A razão dessa redistribuição para fora é a excessiva quantidade de estabelecimentos que acaba por se concentrar na região da Grande São Paulo, com efeitos desastrosos sobre o custo do espaço e a qualidade de vida ambiental da Metrópole (Pintaudi e Carlos, 1995). Mas sobretudo a força da ação sindical operária.

Entre os anos 1920 e 1970, no espaço de tempo de cinco décadas, São Paulo havia se tornado o celeiro da indústria no Brasil. A fonte inicial é o barateamento da força de trabalho aí fortemente concentrada e o relativo do preço do terreno face os enormes espaços disponíveis. E que se mantém mesmo com o aumento do congestionamento, dado a economia de escala/aglomeração correspondente. Com o tempo vão-se invertendo os sinais. O congestionamento



mento do trânsito, o encarecimento do preço dos terrenos, o despejo industrial e o crescente poder de pressão dos sindicatos invertem este quadro nos anos 1970, eliminando as vantagens da concentração, tornando proibitiva a presença na região da para muitas empresas (deseconomia de escala/aglomeração), que, então, estimuladas pela política redistributiva do Estado, fecham e transferem seus estabelecimentos para outras áreas. Acontece com São Paulo algo próximo à reconversão industrial que Guglielmo vira acontecer nas áreas industriais da Europa nos anos 1940 e 1950. Lá por envelhecimento. Em São Paulo em tese por deseconomia de escala/aglomeração.

O segundo nível da estratégia do PND II tem a escala de abrangência do território nacional. Consiste em não mais localizar-se indústrias novas e do ramo de bens intermediários em São Paulo, ou mesmo nos demais estados do Sudeste, mas em áreas fora e no arco da circundância distante.

Estas novas áreas vão formar grandes pólos industriais, significando este termo a necessidade de instalar junto à indústria de toda a infraestrutura que viabilize desenvolvê-la em lugares até então carentes desses meios. Na maioria dos casos são áreas escolhidas pela ocorrência de recursos em matérias-primas minerais, capazes de criar a oferta de uma diversidade de commodities industriais para a economia nacional e o mercado externo de modo a baratear os custos industriais internamente e formar divisas de exportações, agregando valor interna e externamente e ajudando a abater os juros e parte da dívida pública que vem num crescendo junto à política industrial em desenvolvimento.

De modo que são em geral polos mínero-industriais que então se formam, numa mudança da política seguida pelas velhas áreas de mineração do Sudeste industrial, caracterizadas como puros pólos de mineração. Mas são também polos de produção de outros tipos de bens intermediários, como os de petroquímica, com as mesmas características e destinação. São o polo petroquímico de Triunfo (Petroquímica União), no Rio Grande do Sul; da mineração de nióbio (Mineração Catalã), em Catalão, Sudeste de Goiás; de lingote de ferro (Vale do Rio Doce) e de alumínio (ALCAN e ALCOA), no sudeste do Pará; de barrilha e soda cáustica e no litoral do Rio Grande do Norte; de papel e celulose (Aracruz), no norte do Espírito Santo. E de que faz parte, em caráter tardio, o pólo petroquímico de Itaboraí (PETROBRÁS), no Rio de Janeiro.

Vale observar que todos eles são polos implantados com capitais mistos, privado nacional ou estrangeiro e estatal federal, dando um cunho estatal à gestão dos seus respectivos espaços.

A localização dispersa e em arco desses polos suscita a implementação em grande escala de uma rede de transportes, comunicações e transmissão de

energia que terá como resultado uma reorganização mais forte e ampla do espaço brasileiro, refletindo-se na organização espacial da agropecuária, na distribuição territorial da população e na interiorização das cidades e acarretando a integração nacional dos mercados e a nacionalização dos problemas, a começar pelos de meio ambiente. De que decorre a redistribuição ampla do operariado fabril, junto à redistribuição da indústria e da população urbana das cidades metropolitanas para as cidades médias do interior dos estados.

Assim, em duas décadas o nível da concentração industrial-operária se altera fortemente: o quadro da participação do estado de São Paulo no valor da produção industrial do país cai de 58% em 1970 para 48% em 1999. E o da participação nacional da região metropolitana cai de 44% para 26%. Ao tempo que internamente ao estado cai de 76% para 54%. Já o peso da participação nacional do estado no emprego industrial cai de 34% para 24% e o da região metropolitana de 70% para 55%, no mesmo período.

2a. fase - A disseminação territorial da indústria pelo amplo espaço brasileiro leva, assim, a disseminar-se consigo os meios de transferência (transportes, comunicações e transmissão de energia), lançando as bases da 2a. fase de reestruturação. Trata-se de uma redistribuição da indústria de consumo (duráveis e não-duráveis) não só de São Paulo, estimulada pela implementação desses meios em escala nacional.

De modo que diante dessa infraestrutura disseminada uma série de realocações industriais vai se dando entre 1970 e 2006. São indústrias alimentícias, têxteis e de calçados que fecham suas portas no estado de São Paulo e estados do Sul para reabrir em nos estados do Centro-Oeste e do Nordeste, trocando fisicamente de local. Bem como indústrias novas do ramo de bens duráveis e do ramo de bens intermediários que vão localizar-se diretamente nestes e noutros estados, fora e dentro da região Sudeste, a exemplo de indústrias automobilísticas que vão se localizar no Paraná, Rio de Janeiro (Volkswagen e Peugeot), Goiás (Mitsubishi) e Bahia (Ford). Numa nova divisão territorial industrial do trabalho. Desde 1999 mais da metade do parque industrial (cerca de 60%) está já distribuído pelo território nacional, fora do Estado de São Paulo, privilegiando os estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Ceará, Bahia e Pernambuco, estados que haviam sido afetados negativamente pela concentração industrial dos anos 1950 a 1970 em São Paulo, invertendo agora o quadro.

De modo que se reverte assim a divisão territorial de trabalho que desde os anos 1950 fora estabelecida, consistente numa configuração de interações inter-regionais com centro no Sudeste, de que a concentração industrial em

São Paulo é a grande beneficiária. Relação em que cabe ao Nordeste a função de fornecer mão-de-obra abundante e barata para a indústria de São Paulo, de modo que a partir dos anos 1940 levas e levas de nordestinos migram das áreas rurais do Sertão e da Mata através a rodovia Rio-Bahia para ir formar o numeroso exército de reserva industrial que irá transformar São Paulo e cidades vizinhas na maior região metropolitana do país. Ao Sul cabe a função de suprir esta gigantesca região urbano-industrial de produtos alimentícios, subsidiando com a desvalorização do valor a política de achatamento salarial instituída com o trabalho do imigrante nordestino. E cabe ao Centro-Oeste e ao Norte a função de reserva de espaço para a expansão da fronteira agrícola que acompanha a economia paulista deste o ciclo do café. É esta divisão inter-regional do trabalho que a redistribuição industrial-operária do PND II reordena e substitui.

Com a nova divisão do trabalho vem uma nova regionalização, repartida em quatro grandes âmbitos: a região do polígono industrial, a região do complexo agro-industrial, a região de reserva biotecnológica e a região da indústria de não-duráveis e agro-indústria. O espaço que se estende de Belo Horizonte ao Rio Grande do Sul compõe a primeira região. Trata-se da faixa do território nacional imediatamente vinculada à indústria paulista e que reúne o grosso do mercado consumidor de classe média e alta do país. Em função da trajetória econômica recente e dessa concentração de mercado de consumo de maior nível de renda nela vão se mantendo concentradas as indústrias do ramo de bens-duráveis e de bens de capital e os serviços mais sofisticados, ao tempo que dela vão se descolando as indústrias do ramo de não-duráveis em sua transferência para outras partes do país. O espaço formado pelos estados do Centro-Oeste e áreas circundantes do Sul, Sudeste, Norte e Nordeste, até onde chegam o relevo das chapadas e o ecossistema do cerrado, compõe a segunda. A seqüência de cadeias que se arrumam ao redor de produtos de agroindústria, como a soja e o algodão, a exemplo da cadeia carne-grão-ração vinculada à produção da soja, e que aglutinam desde o setor primário ao quaternário em sua função, compõe o cerne da sua economia. O espaço da imensa floresta amazônica compõe a terceira. A abundância de recursos genéticos e de água em ambiente tropical dá o tom regional, através o elemento que oferecem ao florescimento de uma economia centrada na bioengenharia e na biomassa. O espaço, por fim, constituído pelo Nordeste compõe a quarta e última região. A transferência de muitas das indústrias de não-duráveis para esta região vai formando nela uma concentração desse ramo em nível nacional, uma região industrialmente identificada pela maior presença das indústrias de bens de consumo não-durável no país. Ao lado das quais mantêm-se ainda a velha agroindústria açucareira

e se desenvolve a agroindústria de fruticultura irrigada, numa nova identidade regional dentro do país.

É dentro dessa reestruturação espacial que ocorre a reestruturação que flexibiliza a produção e o trabalho no interior das indústrias, e se que igualmente acelera no correr dos anos 1980. Seu centro de referência são as montadoras e indústrias baseadas na linha de montagem como a siderurgia e as metalurgias. Mas todo o parque industrial se rearrumando no entrelaçamento indústria-balcão típico da reestruturação toytista, na forma do just-in-time em escala nacional ampla. Trazendo consigo a reestruturação do sistema de ensino industrial, numa tendência de rearrumação espacial da indústria e da pesquisa de ponta, sendo esta uma das presenças do serviço de maior sofisticação uma dentre as funções assumidas pelo polígono industrial no quadro da nova divisão territorial nacional do trabalho.

3a. fase - A última etapa da reestruturação vem com a privatização das empresas estatais, que atinge justamente o setor industrial de bens intermediários. De modo que grande parte dos polos industriais criados no correr dos anos 1970 e 1980 pela estratégia do II PND passa em sua integralidade para o controle privado. Numa reestruturação de forte cunho político. A envergadura das plantas e a importância estratégica das indústrias desses polos significa a transferência da gestão do espaço, levando sua territorialidade para a controladora privada. De modo que junto com a gestão da empresa vem a gestão por ela de todo o espaço do polo. Talvez o caso que melhor exemplifique seja o da CVRD (Companhia Vale do Rio Doce), cuja transferência para o controle privado transferiu para a empresa o controle privado de todo o espaço do Grande Carajás.

Pouco analisada por este prisma, esta reestruturação espacial traz consigo, assim, o significado de completa mudança no esquema da regulação espacial da sociedade brasileira. A gestão privada do espaço dos pólos criado pelo PND II retira do Estado uma função que lhe era histórica e provoca uma fragmentação da regulação espacial em vários recortes de território, multiplicando pelas controladoras desses territórios a função de regular espacialmente o todo da sociedade brasileira, suas tensões e conflitos de espaço, que é atribuição do Estado desde os tempos da colônia.

## A NOVA GEOGRAFIA OPERÁRIA E DOS CONFLITOS

Num paradoxo quanto a seu propósito estratégico, esta ordem de rearrumação do espaço nacional aguça os conflitos que previa evitar. Se a redistribuição territorial radical que se dá com a indústria desfaz consigo a geografia operária então existente, atomizando a classe trabalhadora fabril nos diferentes nichos da nova divisão regional do trabalho, o contrário acontece com a geografia das classes do trabalho rurais, levando-a a nacionalmente generalizar-se no nascimento do movimento dos sem-terra por reforma agrária redistributiva de terras e das comunidades indígenas por demarcação de território em nível global.

Analisando o que permitia ao capitalismo a saída por cima, encontrando sempre o caminho para novo ciclo expansivo seguinte a cada ciclo de crise, Rosa Luxemburgo chamava a atenção para a relação existente entre o modo de produção capitalista e as formas não-capitalistas ao redor dos problemas de acumulação, mostrando a necessidade do processo da acumulação capitalista face às formas não-capitalistas na história (Luxemburgo, 1970 e s/d). Tese que estudiosos da evolução brasileira como Martins e Oliveira a tempos vêm corroborando, ao falar da reprodução do moderno via reprodução do atrasado e da reprodução por recriação de periferias, respectivamente, vendo a correspondência para o Brasil da teoria firmada para o contexto europeu por Luxemburgo (Martins, 1981; e Oliveira, 1977).

Creio podermos entender nestes termos o dilema da reestruturação espacial capitalista no Brasil, ao efeito de sentido inesperado da estratégia de dissolução da geografia operária dos PNDs, desmontando a geografia operária, mas contrariamente organizando a geografia do que, à falta de um termo próprio, e numa terminologia provisória, designaremos classes territoriais.

Dos quatro elementos que definem esse quadro, no seu plano mais global – o estabelecimento de uma nova divisão territorial/regional do trabalho, a instituição da regulação privada de gestão do território, a emergência das classes territoriais e a nova configuração espacial da classe trabalhadora fabril – é a instituição da regulação privada o de maior efeito qualitativo. O elemento que faz aflorar ao plano espacial a plêiade de formas societárias originadas no longo do tempo que remonta aos primeiros conflitos comunitários da colônia. E que se supunha historicamente não mais existirem no tecido da moderna sociedade urbano-industrial brasileira (Moreira, 2005). Como que saindo da penumbra, elas multiplicam-se a olhos vistos na nova ordenação do espaço criada pelo projeto dos PNDs.

Emersas da obnubilação a que foram jogadas na história espacial da sociedade brasileira pelo tensionamento de territorialidades que as empresas tornadas gestoras privadas trazem para a cena visível do espaço, estas comunidades erguem-se como sujeitos do cenário político assim formado, antepondo à ação expansiva das empresas suas demandas de demarcação de terras, as comunidades indígenas, recuperação de terras usurpadas, as comunidades camponesas, a legalização de domínios históricos, as comunidades quilombolas, que a expansão territorial capitalista busca incorporar. Demandas que reaparecem num momento em que a redistribuição territorial dos PNDs retraça os termos espaciais da geografia do operariado, espalhado agora em aglomerações dispersas pelo território nacional, como num caminhar de sentido contrario em relação à trajetória dessas comunidades.

Uma dissolução de contrastes parece ser assim a essência do novo quadro de arranjo formado pela reestruturação espacial. Numa aproximação de estruturas geográficas da geografia operária e da geografia comunitária. Enquanto a geografia do operariado era a da grande e quase exclusiva concentração territorial no Sudeste, em particular na Grande São Paulo, a geografia das comunidades era a da miríade de pontos territoriais espalhados pelos diversos cantos, uma e outra contrastando seja pelo arranjo distributivo e seja pelo tamanho demográfico. Daí também a diferença da significação política. Enquanto a concentração e o volume da demografia formavam a força da ação operária, a dispersão e o pequeno tamanho de população de cada comunidade determinavam a sua fragilidade. A rearrumação espacial dos PNDs elimina a concentração operária concentrada e interliga em rede a dispersão da geografia comunitária. A grande concentração operária é quebrada e redistribuída numa multiplicidade de núcleos menores espalhados pelas demais regiões brasileiras, derivando numa geografia de pequenas e médias concentrações operárias, disseminadas pelos sertões do Centro-Oeste e do Nordeste, particularmente. Enquanto a dispersão comunitária como que institucionalmente se agrega por cima da disseminação territorial, derivando numa geografia de organização unificada em nível nacional.

Assim, numa similitude difícil de avaliar os efeitos, a molecularidade se torna a forma de arranjo comum seja da geografia operária e seja da geografia comunitária. Tudo dentro de um todo integrado na lógica única do espaço da mais valia relativa. Justamente a lógica que agindo por trás acaba interligando em rede as comunidades antes desconectadas seja nas comunicações e seja nas ações de seus movimentos de agenda distintas. E que cedo ou tarde acabará por trazer o mesmo efeito às agora manchas dispersas de concentração da nova

geografia operária. Se da concentração vinha a força da organização sindical, cada pedaço de espaço facilitando a logística da comunicação e a conurbação da totalidade a integração da consciência de classe e à base dela da ação das lutas, da proximidade das manchas operárias e comunitárias poderá vir a nova força de ação contrarrestadora do capital hegemônico, as desconcentrações recíprocas forjando uma interação de relações que, de certo modo, paradoxalmente, interligará o sujeito social de uma e o sujeito social de outra das geografias de antes, convergindo numa geografia nacional de conflitos de corte diferenciado-integrada semelhante a uma espécie de combinação desigual de sinais trocados.

## BIBLIOGRAFIA

- GUGLIELMO, Raymond. *Geografia ativa da indústria*. In: A Geografia Ativa. GEORGE, Pierre et alli. São Paulo: Difel, 1973.
- LEFF, Enrique. *Racionalidade Ambiental, a reapropriação social da natureza*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2006.
- LOPES, José Sérgio Leite. Fábrica e vila operária. Considerações sobre uma forma de servidão burguesa. In: *Mudança social no Nordeste: ensaios sobre trabalhadores urbanos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LUXEMBURGO, Rosa. *A Acumulação do Capital*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970
- \_\_\_\_\_. *Introdução à Economia Política*. Lisboa: Martins Fontes Editora, s\d.
- MAGALINE, A. D. *Luta de classes e desvalorização do capital*. Lisboa: Moraes Editora, 1980.
- MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1972.
- MARTINS, José de Souza. *Os Camponeses e a Política no Brasil. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.
- MOREIRA, Ruy. O espaço do capital. In: *O que é geografia*. 2ª. Edição. Páginas 77 em diante. São Paulo: Editora Brasiliense, 2009.
- \_\_\_\_\_. A nova divisão territorial do trabalho e as tendências de configuração do espaço brasileiro. In: *Brasil Século XXI por uma nova regionalização?*
- LIMONAD, Ester et alli (org). Niterói: PPGEIO/Max Limonad, 2004.
- \_\_\_\_\_. *O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1985.
- OLIVEIRA, Francisco. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1977.
- PINTAUDI, S. M. e CARLOS, A. F. A. Espaço e indústria no Estado de São

Paulo. In: *Revista Brasileira de Geografia*, volume 57, n. 1, jan/março. Rio de Janeiro: IBGE, 1995.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Introdução a uma Ciência Pós-Moderna*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1989.

SOJA, Edward W. *Geografias Pós-Modernas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1993.

THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina do trabalho e capitalismo industrial. In: *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.